

RubensNóbrega



Linha direta com a coluna: rubensnobrega@jornaldaparaiba.com.br

DE FAZER VERGONHA

Quando submetida a avaliações periódicas, a maioria das escolas públicas da Paraíba mantida por Governo do Estado ou prefeituras municipais costuma decepcionar.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado antontem pelo Ministério da Educação, está aí para mostrar e confirmar.

Temos as exceções de praxe, claro, em razão do desempenho dessa ou daquela escola, mas o cômputo geral acentua a urgência de medidas efetivas na busca da qualidade do ensino público.

Não basta apenas buscar, evidentemente. Tem que universalizar a qualidade e transformá-la na regra, no comum, normal geral. Escola e ensino de qualidade têm que estar acessíveis a todos os alunos, não a uns poucos.

A receita da qualidade da escola pública é simples: professores cada vez mais qualificados, motivados por salários decentes e condições dignas de trabalho.

A minha receita é mais ousada: professores cada vez mais qualificados, motivados por salários justos que coloquem o magistério no teto da remuneração no serviço público, não no piso ou abaixo dele, como sói.

Não tem mistério. Onde governos aplicarem a fórmula, em qualquer canto do mundo, deu certo. O país cresceu social e economicamente, o povo foi junto e, mais educado e mais próspero, está mais saudável e feliz.

Filho de professor, casado com professora, sonhando a vida toda com esse ideal, um dia cheguei a apostar que uma jovem liderança política da Paraíba nos proporcionaria esse patamar quando chegasse ao topo do poder.

Mas, para a minha grande decepção, fora alguns lances e penduricalhos compensatórios no contracheque do magistério estadual (tipo 14º salário), o mais ele parece fazer por onde afundar a educação pública para bem abaixo do chão.

Ou do fundo do poço, onde a maioria das escolas e dos professores se afoga, enquanto o governo, como indiferente sadismo ou perversidade, continua cavando.

DECEPÇÃO TAMBÉM NA PRIVADA

A classe média assalariada ou abastada por outros meios que não o emprego público dá tudo de si, feito jogador de futebol antes da partida, para manter os filhos em "escola boa; cara, mas boa".

Significa ter os meninos estudando em escola particular, que em geral faz muita propaganda, posa de bacana, dá 'status' a quem tem filho lá, mas na Paraíba, segundo o Ministério da Educação, não está com essa bola toda não.

Os dados disponíveis no portal do Mec dizem que o desempenho da rede privada de ensino em nosso Estado é sofrível, a julgar pelo Ideb obtido pelo setor em 2011.

Vejam só: o índice observado ano passado para 4ª série/5º ano foi de 5,9, dois pontos abaixo da meta projetada, que era de 6,1.

Para a 8ª série/9º ano, a escola privada conseguiu um empate: o Ideb 2011 ficou em 5,5, ou seja, igual à meta projetada.

A mesma performance foi constatada na 3ª série do Ensino Médio particular: Ideb 2011 de 5,3, mesmo índice da meta projetada.

DECEPÇÃO TAMBÉM NA CULTURA

Está pra sair ainda mês o edital do Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos (Fic), patrocinado pelo Governo do Estado e administrado pela Secretaria de Cultura.

Com a publicação do edital, intelectuais e artistas interessados poderão inscrever projetos sem ou com fins lucrativos que, uma vez selecionados, serão financiados com recursos públicos gerados a partir de incentivos fiscais.

O edital e a seleção dos projetos é tarefa da Comissão Técnica de Análises de Projetos (CTAP), empossada no último dia 9, mas desde então objeto de questionamentos no meio cultural.

Questiona-se porque os membros da Comissão não foram escolhidos de acordo com a própria lei que criou o Fic, ou seja, a Lei nº 7.516, de 24 de dezembro de 2003.

A formação titular da CTAP que tomou posse tem cinco representantes do governo e apenas três da sociedade, que são indicados por entidades ligadas à produção artística e cultural.

Mas a paridade na Comissão está bem definida no art. 9º da Lei do Fic, que tem a seguinte redação:

Art. 9º - A CTAP será composta de 10 (dez) membros titulares e dez suplentes, sendo cinco (05) deles indicados pelo Chefe do Poder Executivo e cinco (05) escolhidos livremente pelas entidades culturais de abrangência municipal e/ou estadual de natureza jurídica, sem fins lucrativos e sediadas há, no mínimo, dois anos no Estado.

Por conta da formação atual da CTAP, admite-se que no meio artístico possa haver decepção, mas não surpresa. Afinal, as nomeações foram feitas por um governador de gestão e modos absolutistas.

Sendo assim, por natureza e força do regime, o monarca coloca-se acima da lei e das pessoas. Que não passem de um detalhe ou mero instrumento a ser usado da forma que mais convier aos interesses da Corte.

Tribunal derruba quebra de sigilo do Caso Cuiá

Por três votos a dois, Pleno do TRE indefere pedido do Ministério Público Eleitoral

Lenilson Guedes

Por três votos a dois, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) decidiu ontem derrubar o pedido do Ministério Público Eleitoral de quebra do sigilo fiscal e bancário no caso da desapropriação da Fazenda Cuiá pela Prefeitura de João Pessoa. A decisão beneficia o governador Ricardo Coutinho (PSB), que havia contestado o pedido por meio de agravos regimentais.

O julgamento dos agravos começou na última segunda-feira, mas foi suspenso após o pedido de vista do desembargador José Di Lorenzo Serpa. O relator do caso, juiz Miguel de Brito Lyra e o juiz João Bosco Medeiros, votaram a favor das diligências. Os votos contrários foram do desembargador Serpa e dos juizes Márcio Accioly e Tércio Chaves. O juiz Sylvio Porto se absteve de votar.



KLEIDE TEIXEIRA

VOTAÇÃO. Serpa e mais dois juizes votaram contra a quebra de sigilo

O advogado Ricardo Sérvulo, que atua na defesa do governador Ricardo Coutinho, explicou que as diligências solicitadas pelo Ministério Público Eleitoral não guardavam relação com o que foi pedido no processo. Dentre os pedidos estava a quebra do sigilo fiscal e bancário das empresas Assare Comércio, Locação de Veículos e Coelho Tecidos

Ltda, localizadas no Estado do Ceará, que juntas fizeram doações para a campanha de 2010 no valor de R\$ 548.600,00.

"A quebra do sigilo ficou prejudicada porque o pedido do Ministério Público não foi feito em tempo hábil", afirmou o advogado Ricardo Sérvulo. Ele disse que não se pode mudar a apuração de um processo depois do que foi pedido

no início da ação. "Ninguém pode pedir aquilo que não se pediu no início do processo, ou seja, só se pode apurar aquilo que foi requerido no início da ação", afirmou.

A ação do caso Cuiá foi proposta pela coligação do ex-governador José Maranhão que disputou as eleições de 2010. O advogado da coligação, Raoni Vita, disse que vai aguardar a publicação do acórdão para ver que tipo de recurso pode ser impetrado. São investigadas na ação o governador Ricardo Coutinho, o vice-governador Rômulo Gouveia, o prefeito Luciano Agra, a ex-secretária de Planejamento da Prefeitura de João Pessoa, Estelizabeth Bezerra e o empresário José Arimatéia Nunes Cambom.

O caso envolve a desapropriação da Fazenda Cuiá pela Prefeitura de João Pessoa na véspera das eleições de 2010.

POR 24 HORAS

Servidores do TRE fazem protesto e cobram reajuste

Jhonian Oliveira

Os servidores da Justiça Eleitoral da Paraíba fizeram ontem uma paralisação de 24h nos serviços. Em protesto, os funcionários chegaram a fechar as entradas da sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Eles reivindicam um reajuste salarial que não é concedido há seis anos.

Pela tarde, eles fizeram uma assembleia e decidiram agendar uma nova paralisação para a próxima semana. Desta vez segundo o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário da Paraíba (Sindjuf-PB), em vez de 24 serão 48 horas quando será discutida a possibilidade de greve.

Segundo o coordenador do Sindjuf, Marcos Lopes, na

segunda, haverá reunião entre os representantes do governo federal e a Federação dos Servidores do Poder Judiciário (Fenajud).

Apesar da paralisação dos servidores, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba informou que os serviços transcorreram normalmente, ontem, visto que muitos funcionários trabalharam.

PREFEITURA

Governo reage à remoção de placas em JP

Jhonian Oliveira

O Governo do Estado não gostou de ver placas com propagandas de obras instaladas em ruas de João Pessoa serem removidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da capital ontem. Para o secretário executivo da Casa Civil estadual, Lúcio Flávio Vasconcelos, a prefeitura deveria ter entrado em contato com a administração estadual antes de fazer a ação. A remoção das peças publicitárias aconteceu durante a 'Operação Visual Limpo' e segundo a Sedurb elas estavam colocadas irregularmente.

Para Lúcio Flávio, por mais que as placas estivessem colocadas de forma irregular, elas não poderiam ser removidas de uma hora para outra. "Devia ter havido um diálogo, o governo tinha que ser notificado e ter sido acordado um prazo. Não há sentido nessa ação tão rápida, são placas feitas com dinheiro público e não podem simplesmente serem colocadas em um depósito", comentou o secretário.

Apesar do racha entre o governador Ricardo Coutinho (PSB) e o prefeito Luciano Agra (sem partido), o secretário do governo disse não acreditar que a ação tenha motivação política.

A Sedurb removeu no total 25 placas, na área de Mangabeira. Entre elas, sete eram do Governo do Estado, as demais pertenciam a entes privados e até mesmo à própria Prefeitura Municipal de João Pessoa.

De acordo com a secretaria de Comunicação do município, Marly Lúcio, as peças foram colocadas sem autorização municipal.

EM GUARABIRA

Prefeitáveis participam de sabatina na Paraíba FM

Jhonian Oliveira

Os dois candidatos que disputam a Prefeitura de Guarabira foram entrevistados ontem pela Rádio Paraíba FM no programa Polêmica Paraíba. Josa da Padaria (PMDB) e Zenóbio Toscano (PSDB) apresentaram suas propostas durante cinquenta minutos cada. Eles também aproveitaram o espaço para criticar um ao outro.

O primeiro a enfrentar a sabatina foi Josa da Padaria, que atualmente é vice-prefeito da cidade. O candidato disse que as ações feitas pela atual administração o credenciam para vencer a eleição. Mas disse não acreditar que o pleito se torne um plebiscito de avaliação à gestão de Fátima Paulino.

Josa disse que se for eleito vai realizar ações nunca feitas na cidade. Ele citou como projetos a implantação do orçamento participativo e a criação de um conselho de gestão formado por moradores. "Nós temos que dividir o

poder com a população", disse. O candidato também garantiu que vai criar subprefeituras em Guarabira.

O candidato peemedebista fez várias críticas a seu adversário durante a entrevista. Para Josa, a população de Guarabira já deu a oportunidade para Zenóbio governar a cidade e sua gestão não fez muita coisa. Ele disse ainda que o tucano só vai à cidade no período eleitoral. "Ele não mora

em Guarabira, reside na capital e só vem aqui no período de eleição. O povo já deu essa oportunidade ao candidato do governador, agora tem que dar a um candidato que mora em Guarabira", afirmou.

Zenóbio Toscano rebateu as críticas de Josa e disse que passa o dia fazendo reuniões com moradores de toda cidade. "Fiz belíssimo governo. E o povo lembra disso, que já iniciamos o levantamento", disse.

Reforma em mercados

Segundo Zenóbio, "Josa foi muito infeliz falando isso. É uma crítica muito fajuta. Já fui prefeito e fiz um belíssimo governo. E o povo lembra disso", destacou.

O candidato também colocou como metas de governo, o fim do lixo de Guarabira, a reforma e ampliação dos mercados públicos da cidade. "Farei reformas no Mercado Novo e no Mercado Velho e

vamos construir um shopping popular, para que os feirantes possam ser deslocados para lá. Vou me reunir com a categoria dos feirantes para firmar este compromisso", garantiu.

Ele disse ainda que tem o objetivo de implantar a Zona Azul na cidade e garantiu ter outros projetos para a área de trânsito. "Vou construir o contorno rodoviário de Guarabira", prometeu.